

ATA N.º 6/2025:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2025:

No dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e nove minutos, na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, no âmbito da Semana da Freguesia de Quinta do Anjo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Julieta da Fonseca Rodrigues, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA MUNICIPAL DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por cumprimentar e agradece a presença todos os presentes. Dá as boas vindas à reunião de Câmara Municipal descentralizada, no âmbito da Semana da Freguesia de Quinta do Anjo. Dá nota de um problema técnico de acesso à internet.

Informa que, como habitualmente, nas reuniões descentralizadas existem atos prévios que devem ser apresentados para que fiquem lavrados em ata, existindo também um período Antes da Ordem do Dia, a Ordem do Dia (a ordem de trabalhos) e um período destinado à Intervenção do Público. Transmite que, nas reuniões descentralizadas, regimentalmente existe a possibilidade de antecipar a Intervenção do Público para o início da reunião e deixa o convite para que o mesmo coloque as questões que entender ao executivo municipal.

Agradece à direção da Sociedade de Instrução Musical, pelo acolhimento no seu espaço, no coração da aldeia, no coração de Baelos, que é a origem da Quinta do Anjo.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM-Península de Setúbal e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM

PONTO 3 – Concurso público para a empreitada de construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo – Aprovação de adenda ao contrato

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização da 29.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho

PONTO 5 – Feira Medieval de Palmela – Preços a aplicar em 2025

PONTO 6 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2024

PONTO 7 – Protocolo de Cooperação com o Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, no âmbito da Ação 57 da Operação Integrada Local Poceirão Marateca

PONTO 8 – Clássica da Arrábida 2025 – Alteração da denominação da prova - Ratificação

PONTO 9 – Regulamento do Arvoredo Urbano do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental

PONTO 10 – Regulamento dos Espaços Verdes do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental

**ATOS PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
Em matéria do Urbanismo:**

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 04/03/2025 e 18/03/2025.

**ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do
Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:**

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados por subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido 06/03/2025 e 17/03/2025.

**ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:**

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados por subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 06/03/2025 e 17/03/2025.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, pelo Sr. Diretor de Departamento, Dr. Paulo Pacheco e pelo Sr. Chefe de Divisão, Dr. Pedro Ferreira, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 06/03/2025 e 18/03/2025

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06/03/2025 a 18/03/2025, no valor de 1.969.951,35 € (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 19/03/2025, apresenta um saldo de 9.402.784,65 € (nove milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.638.091,43 € (seis milhões, seiscentos e trinta e oito mil, noventa e um euros e quarenta e três cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.764.693,22 € (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três euros e vinte e dois cêntimos).

Recursos Humanos

Relação de Contratos de Avença e de Tarefa

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal da relação de contratos de avença e de tarefa celebrados ao abrigo da autorização genérica de dispensa de parecer prévio favorável do órgão executivo (anexa a esta ata como documento n.º 6), com indicação dos respetivos valores de adjudicação, adjudicatárias/os e cabimento orçamental, em cumprimento da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 24 de janeiro de 2024, nos períodos

compreendidos entre 1 de novembro e 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro e 1 de fevereiro de 2025.

SEMANA DA FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** descreve a semana de trabalho no âmbito da Semana da Freguesia da Quinta do Anjo, nomeadamente as diversas reuniões com vários agentes locais, Junta de Freguesia, Associações e Instituições e as visitas

Refere que se trata de um ciclo, cujo processo de trabalho tem uma larga tradição, de proximidade, de descentralização, que também se integra no programa "Eu Participo". Lembra que, em 2025, iniciaram este ciclo na Marateca, tendo-se seguido o Pinhal Novo, estando agora na semana dedicada à Quinta do Anjo.

Considera que a Quinta do Anjo é uma freguesia desafiante, cheia de contrastes e de dinâmicas sociais, económicas e culturais muito ricas, pelo que o programa é, naturalmente, muito intenso. Dá nota que o programa inclui várias reuniões públicas e de trabalho, encontros com o movimento associativo, agentes locais, económicos, visitas a obras em curso, recentemente concluídas ou a iniciar-se, Mostra de Projetos – que convida para ser apreciada detalhadamente -, projetos importantes e estratégicos para a freguesia, contactos com empresas e entidades.

Informa que se trata de uma semana cuja preparação é efetuada ao longo de alguns meses, sendo o seu início desenvolvido com trabalho iminentemente interno, com as equipas municipais e a vereação a coordenar e preparar o conjunto de dossiers que dizem respeito à freguesia.

Transmite que as semanas se iniciam com reuniões de trabalho em que os executivos das juntas de freguesia debatem uma extensa lista de assuntos, tendo em vista fazer pontos de situação, avaliar e programar compromissos. Neste âmbito, refere que a vereação com pelouros e o executivo da Junta de Freguesia reuniram-se para analisar vários assuntos de gestão corrente e partilhar informação, com o objetivo de melhorar a articulação e o esclarecimento às populações.

Refere ainda que começaram por fazer um ponto de situação sobre as competências transferidas ou delegadas pelo Município na Freguesia e que, nos últimos anos, a Junta de Freguesia da Quinta do Anjo já tinha alguma tradição de descentralização, tendo ficado com uma responsabilidade maior e, naturalmente, com mais meios, que são sempre insuficientes para um território, que é desafiante, que está a crescer, com novos espaços urbanos e com uma elevada dinâmica e pressão urbanística.

Menciona que abordaram as questões de conservação da rede viária, que é sempre um tema presente, num concelho que tem a maior extensão de estradas asfaltadas, mas também de caminhos, ainda por asfaltar e outros rurais que, por princípio não deveriam ser asfaltados, mas que vão "estendendo" até onde é possível.

Menciona também que estiveram a analisar alguns compromissos validados nos processos do “Eu Participo”, em que os municípios priorizam obras e que o executivo tenta concretizá-las.

Refere que a Câmara Municipal aproveitou para prestar informações sobre alguns processos, nomeadamente o *términus* da Rua Chen, cuja meteorologia das últimas semanas não permitiu concluir, e a Rua Manuel Lima Simões, cujo projeto de pavimentação começou a ser trabalhado, tendo sido introduzidos os esgotos (porque era possível tecnicamente). Dá nota que a adjudicação dos projetos de esgotos e pluviais foi feita ao exterior e que se tratam de projetos complexos porque têm que vir e ser entregues em emissários que estão na Estrada Nacional 379, sendo que os pluviais vão ter que passar por debaixo da Estrada Nacional 379, para a zona da Várzea. Dá também nota que tudo isto ainda carece de licenciamento por parte da Infraestruturas de Portugal e que tem de ser um projeto específico para poder ser licenciado. Realça que se trata de uma obra garantida, com financiamento através de empréstimo, mas que ainda não a conseguiram lançar – e já lá vão dois anos – devido à complexidade processual.

Transmite também a reunião serviu para “discutir” a parte de ciclovias entre Quinta do Anjo e Cabanas que tanta “tinta” tem feito correr e desgastado com sucessivas alterações ao projeto por parte da Infraestruturas de Portugal. Informa que, depois de terem ultrapassado todas as questões, surgiu agora um problema de projeto com a e-Redes, por causa de “meia dúzia” de apoios ou postes que a ciclovias irá ter. Contudo, pensa que depois da reunião pública de abril, no início do mês, estarão em condições para lançar a empreitada e compromisso que foi assumido, também com a Junta de Freguesia.

Falaram também de pequenas questões de saneamento, abastecimento de águas, prolongamentos.

Comunica que foram também analisadas questões de relacionamento com o movimento associativo, em que, para além das informações que a Junta Freguesia transmitiu, irão existir uma série de reuniões agendadas com o Cabanense, com o Motoclube e com todas as associações para discutirem o estudo preliminar para o Cineteatro São Gonçalo, que foi adquirido no final de 2022. Explica que a Câmara Municipal tem uma ideia do que ali se pode fazer, mas pretende que seja o movimento associativo e a Junta de Freguesia a darem todas as ideias e *input* para fazerem o projeto, de forma a ser candidatado a fundos na área da reabilitação e da cultura que possam ajudar ao financiamento da reabilitação, cujas obras são sempre muito pesadas. Desabafa que, por vezes, mais vale a pena deitar a baixo e fazer de novo, mas que têm de preservar o património e tornam-se obras mais complexas e desafiantes, mas também mais caras, pois têm que adaptar os edifícios e equipamentos às novas exigências, seja de eficiência energética, seja de segurança contra incêndios, entre outras. Considera que se trata de um desafio muito grande para todos os equipamentos coletivos e para a coletividades que estão “a braços” com uma série de exigências que a legislação impõe.

Partilha que estiveram também a debater uma questão muito preocupante, pois são um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa que está a ser, de novo, fortemente pressionado com

fracionamentos ilegais, com “quintinhas” que não podem ser ocupadas nem divididas com estratégias de quotas de sociedade agrícolas para colocação de contentores ou *mobile home*, situação que considera ser uma praga. Refere que esclareceram a Junta de Freguesia sobre todo o processo, porque é normal que cada um veja diariamente, quando passa em certos locais, e se questione porque não se faz nada. Transmite que é um processo muito pesado, que envolve a verificação com a área da fiscalização, em articulação com o próprio, que tem a área do urbanismo e comunicação e com o jurídico, que tem de fazer uma série de certidões e notificações. Manifesta a sua satisfação pelo facto de já existirem alguns processos no Ministério Público, mas que levará tempo até poderem começar a demolição, porque ainda não estão na posse administrativa e não estão em condições para o fazer. Refere que procuraram tranquilizar a Junta, porque têm cerca de 200 processos, que faz lembrar o que aconteceu, no início dos anos 80, com as AUGIS – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que tiveram o seu tempo e, depois, uma legislação específica. Refere que, felizmente, muitas estão a conseguir organizar-se e até têm bons casos de sucesso na Quinta do Anjo, em que já chegaram ao seu *términus* como operações de loteamento e outras estão à espera de algumas situações para poderem dar “o passo seguinte”. Nestes casos, agradece às pessoas que se organizaram em Comissão de Administração e que estão a construir as soluções. Dá nota que, até com a nova Lei dos Solos e mesmo com a alteração que já foram anunciadas, não há espaço para delapidar mais os espaços naturais, os espaços do território que têm que ficar permeáveis, que têm de ser para a agricultura, que não são para viver, porque origina mais uma estrada, mais uma recolha de lixo e não são zonas para viver, reforça novamente. Lembra que as zonas para viver necessitam de comércio de proximidade, precisam de equipamentos, de ter respostas sociais, educativas, pelo que, as questões de planeamento urbanístico, não se compadecem com o recuo. Lembra ainda que já tinham cerca de 30 anos de atraso em relação à Europa, logo após a Revolução de Abril, em matéria de ordenamento do território e planeamento, pelo que não podem regressar a esses tempos.

Reforça que a Câmara Municipal está a fazer tudo aquilo que a lei lhe permite e que está ao seu alcance para travar esses fenómenos. Espera começar a dar esse sinal brevemente, pois este tipo de situações não pode continuar a acontecer.

Transmite também que visitaram locais a necessitar de obras e de reparações, nomeadamente a envolvente do Mercado, um desafio colocado pela Junta de Freguesia, para fazer um trabalho em parceria. Lembra que o Mercado, para além de mercado de produtores e de venda de peixe ao fim-de-semana, tornou-se quase um equipamento cultural, com várias associações residentes e refere que o espaço envolvente, que a Junta de Freguesia tem sabido manter em condições, necessita de mobiliário urbano e de um muro de suporte para que se ganhar um espaço, existindo a proposta de colocação de uns equipamentos de *fitness*, pelo que vão trabalhar em conjunto para chegar a esse objetivo.

Refere que estiveram também em Brejos Carreiros, num loteamento que, em boa hora, a Comissão de Administração conseguiu fazer, tendo visitado os espaços que foram possíveis serem

considerados públicos, para verem algumas melhorias na conservação e para se ampliar o mobiliário e o circuito de *fitness* até ao de um equipamento que irá mencionar adiante.

Dá nota da realização de uma reunião de trabalho entre o Serviço Municipal de Proteção Civil e a Junta de Freguesia, tendo em vista a constituição de uma Unidade Local de Proteção Civil. Refere que se trata de algo que a lei permite, com uma escala mais local, de proximidade e que estão em contacto com o Parque da Arrábida, em zonas que têm várias condicionantes, mas também por via das zonas de risco de incêndio. Considera que projetos como "Aldeia Segura", pequenas intervenções e formações junto de pequenas comunidades, a Junta de Freguesia é o parceiro essencial para desmultiplicar esse trabalho. Partilha que existe um projeto de regulamento, que terá de ser também aprovado pela Junta de Freguesia e que irá promover uma otimização da operacionalização dessas questões da proteção civil a nível local e na gestão de emergência.

No âmbito das visitas que, habitualmente, fazem à quarta-feira com toda a vereação, jornalistas e técnicos, aquando a realização das Semanas da Freguesia, apresenta o seguinte:

- Apresentação, na Junta de Freguesia, de um novo empreendimento de natureza imobiliária, com uma vocação turística também. Partilha que se trata de um projeto que gostariam que se chamasse "Quinta do Anjo Valley", mas que está a ser apresentado como "Palmela Valley". Informa que fica junto à Rua 5 de Outubro, encostado às colinas. Realça que, para além de ter 55 lotes para habitação unifamiliar de grande qualidade, tem o primeiro hotel de 4 estrelas que o Município poderá vir a ter, com grande qualidade, com investidores com alguma ligação ao concelho, com a banca associada e com empresas de construção do concelho. Manifesta a sua felicidade, pois têm tentado cativar para o concelho investidores dessa natureza e que façam coisas de qualidade. Crê que aquilo que foi possível observar, dará essa confiança.

- Pólo da Biblioteca de Quinta do Anjo e Atendimento Municipal descentralizado na Quinta do Anjo, porque tem estado encerrado devido a obras. Transmite que o atendimento é assegurado através da Viatura de Atendimento Móvel em determinados dias. Considera que tinham a obrigação de fazer uma grande melhoria nesse edifício, que foi sofrendo algumas alterações, onde o uso e o desgaste implicam a necessidade de uma pavimentação nova, caixilharia novas para melhor conforto térmico e melhoria das condições de segurança. Relativamente ao espaço a tardoz, que muitos moradores têm manifestado preocupação, informa que vai ser vedado. Espera que, depois desta obra, existam melhores condições para quem vai à Biblioteca e ao Atendimento em Quinta do Anjo, e que possam, também, começar a pensar no futuro, ou seja numa ampliação, que poderá ser efetuada no espaço a tardoz.

- Horta Comunitária de Quinta do Anjo - segunda fase. Realça que é uma das localidades com maior dinâmica nessa área e que as 14 novas parcelas já estão todas atribuídas. Destaca que está bem cuidada, embora exista um ou outro talhão que ainda precisa de ser arranjado ou preparado para o cultivo. Refere que o espaço foi melhorado e foi montado um posto de compostagem comunitária, no âmbito de uma candidatura, tendo em vista a valorização do

composto. Dá nota que já estão envolvidas, na parte da compostagem, meia dúzia de famílias, que já produziram 5500 quilos de biorresíduos, a par da recolha de biorresíduos que já fazem nos Portais da Arrábida e na zona envolvente. Salienta que a Quinta do Anjo, em termos de selo ambiental, está a dar os devidos passos e já está à frente de outras freguesias, o que é de saudar, pois a população tem aderido.

- Refere que um dos objetivos das Semanas de Freguesia é também ir circulando por empresas novas e projetos inovadores. Mais refere que, por vezes, também faz falta visitarem outras empresas que, já tendo visitado, por exemplo há 12 anos atrás, consideram importante a sua visita atualmente, porque sabem dos desafios permanentes, da capacidade de resiliência, de novos projetos e de, sobretudo, da sustentabilidade futura e da importância que essas empresas têm para o concelho.

Nesse sentido, informa que, no Parque da Autoeuropa, voltaram a visitar a Palmetal - Armazenagem e Serviços, S.A.. Informa que, na área dos serviços às siderurgias fornecedoras da fábrica, é a única que tem um ramal privado de caminho de ferro. Considera impressionante o que se faz, a capacidade de armazenamento, de toneladas de empilhadores, mas também o manuseamento das matrizes de estampagem da Autoeuropa, de bobines de aço e, sobretudo, a metodologia de trabalho *just in time*, que entrega sempre a horas certas, em períodos certos, para que a cadeia de produção nunca pare. Transmite que já conheciam e sabiam do desafio de novos modelos da Autoeuropa – refere novos propositadamente, porque falou-se de um, do qual a Câmara Municipal já tinha conhecimento há vários anos, porque há três anos que estão a licenciar a estufa de pintura para modelos que tinham de ser híbridos ou elétricos. Menciona que tinha de ser nova por causa da metodologia de pintura e uma nova ETARI – Estação de Tratamento de Água Residual Industrial também preparada para efluentes desse tipo de pintura, pelo que a Câmara Municipal tinha conhecimento que esse salto dar-se-ia. Partilha que as notícias são boas, que existem novos modelos e novos horizontes de trabalho, um pouco ao invés do que acontece, seja nesse grupo ou em outro, no resto da Europa. Considera que esta e outras empresas têm que acompanhar outros desafios, nomeadamente em termos de armazenagem e do tratamento de peças que são descarregadas e entregues, que têm de ser conservadas em condições diferentes, com outras temperaturas. Dá nota que se tratam de empresas que estão, atualmente, num processo de modernização e de inovação, pelo que foi importante visitar para ajudar a reconhecer e a divulgar o esforço que estão a fazer para acompanhar esses projetos de futuro.

- Associação de Moradores da Quinta das Marquesas II – Refere que se trata de uma Associação muito dinâmica que criou uma centralidade de ocupação de tempos livres para toda a gente, nas áreas do canto, música e artes marciais, com um polidesportivo gerido pela mesma, que não dá trabalho, nem à Junta de Freguesia nem à Câmara Municipal. Realça que se propuseram a construir um conjunto de três balneários de apoio a atividades desportivas, tendo o Município conseguido apoiar através do programa Mecenias de Palmela. Dá nota que

fizeram um projeto para 50 mil que acabou por custar 80 mil, pelo que estiveram a debater soluções. Informa que os técnicos municipais estão a ajudar a Associação a elaborar uma candidatura ao Subprograma 2 do Programa “Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva”, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e assume que o Município irá acompanhar com a componente que faltar para que a candidatura tenha êxito, de forma a se concluir essa importante obra.

Partilha que, simultaneamente, estiveram também a verificar a questão do Espaço de Jogo e Recreio e lembra que, durante o presente mandato foi feito um investimento, nunca antes realizado, na modernização de Espaços de Jogo e Recreio. Acrescenta que vão ser construídos mais dois até ao final do ano. Realça que tudo o que existia, cerca de 40 espaços, foram remodelados, quer nas escolas, quer na comunidade. Dá nota que foram investimentos de quase um milhão de euros. No entanto, tem a perfeita noção que existem outros equipamentos mais antigos que, curiosamente, pertencem a Associações de Moradores, não estando hoje com o mesmo nível de qualidade dos restantes. Nesse sentido, salienta que vão ter que discutir com a Associação de forma a poder apoiar a modernizar esses equipamentos, sobretudo, tendo em vista a preocupação da segurança das crianças.

- Imeguisa Portugal – Informa quem começou como uma empresa internacional espanhola, que veio para o concelho de Palmela no ano 2000, tendo-se desvinculado de Espanha e, hoje, tem capital 100% português e 45 trabalhadores. Crê que a maior parte dos munícipes e fregueses de Quinta do Anjo não têm a noção da importância dessa empresa na área da inovação, da tecnologia, do desenvolvimento, do *software* e, sobretudo, da robótica, sendo isso que auxilia hoje o *cluster* automóvel. Refere que voltaram a visitar esta empresa porque existe o horizonte de crescimento no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, onde será possível a mesma aumentar as suas instalações e “sonhar”, porque é competitiva nesse domínio, com a criação de outros produtos e serviços na área da programação, da consultadoria e tudo o que diga respeito à *intra logística*. Realça que o concelho de Palmela já tem esse *cluster*, que tem vindo a consolidar-se, há uns anos, dando como exemplo a Introsys que se instalou no concelho porque existe um conjunto de empresas a quem presta serviços e pelo facto de ter a possibilidade de internacionalização, situação que tem acontecido com países da América Latina, no México e até em outros continentes. Transmite que se trata de uma empresa particularmente importante também na relação que tem na comunidade, que participa no programa Mecenaz de Palmela e que, há vários anos, apoia uma iniciativa emblemática: o *Wine Jazz*. Transmite que a empresa tem também, no âmbito da responsabilidade social, um compromisso com a Freguesia de Quinta do Anjo, sobretudo, no apoio a uma instituição social: o Centro Jovem Tejo. Considera que o horizonte de futuro é que as questões da robotização e da distribuição de peças, também possam ser feitas para medicamentos, pelo que estão a desenvolver para começarem a trabalhar na área da saúde e com hospitais.

- Projeto da Fundação COI – Destaca que, anunciado o ano passado com as obras visíveis e quase em fase de conclusão, a Freguesia de Quinta do Anjo vai contar com duas novas respostas sociais, uma muito dirigida para as pessoas idosas e, sobretudo, com problemas na área da demência e menor autonomia. Refere que visitaram um projeto que tem mais relação com o Município e com a Estratégia Local de Habitação, pelo que foram a Brejos Carreteiros, num terreno que foi cedido (ambos os terrenos foram cedidos) à Fundação COI. Informa que se trata de um projeto que acaba por ser pioneiro no país – existem meia dúzia de candidaturas, mas só este é que está em grande ritmo -, a chamada Habitação Colaborativa. Explica que, na prática, são habitações individuais - T0, T1 e um T2 -, para famílias ou pessoas com menor autonomia – geralmente idosos, pessoas com deficiências entre outras -, que têm depois um equipamento social comum, com acompanhamento técnico na área social permanente, lavandaria e espaços comuns, tendo, cada um, o seu apartamento. Considera que este projeto faz parte da Estratégia Local de Habitação, porque existem dezenas de famílias sinalizadas com essa necessidade, pelo que, felizmente, fizeram a parceria com a Fundação COI, que concorreu ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para fazer esse tipo de habitação. Partilha que estão a falar de três T0, dezasseis T1 e um T2, que irá responder, sensivelmente, a 42 ou, no máximo, até 50 residentes. Transmite que se são pessoas que estão já inscritas, há muito tempo, para obtenção de habitação, que vão pagar percentualmente de acordo com as suas possibilidades financeiras. Menciona que se trata de um investimento superior a dois milhões de euros, que não terá todo o financiamento através do PRR, em terrenos muito valiosos que o Município também cedeu. Observa que é através deste tipo de parcerias que se consegue responder às necessidades de habitação, nesse caso de um grupo muito específico, que também foi diagnosticado no concelho de Palmela.

Refere que hoje estão a fazer a reunião quinzenal, onde estão também expostos os seguintes projetos que apresentaram à Junta de Freguesia, e que ficam também disponíveis para consulta:

- A zona desportiva multiusos com *skate park*, junto ao Centro de Recursos para a Juventude, que será ampliado. Refere que se trata de um projeto muito interessante e de um grande investimento, num espaço de lazer e de convívio para os mais jovens;
- A Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, que ainda aguarda o visto do Tribunal de Contas. Refere que se trata de um projeto que já foi adjudicado e que, quem por ali passa, já percebeu que a empresa já anda a fazer trabalhos, começando a montar o estaleiro.
- A requalificação da Praceta Antero de Quental, na zona das Colinas. Transmite que a Junta de Freguesia ficou satisfeita com o projeto, tendo dado ideias e contributos. Refere que será criado um espaço de convívio comunitário das famílias e das crianças, muito interessante, pois é mais do que um parque infantil, porque se trata de um jardim central e de uma praça muito qualificada.
- Arranjo de rotunda que foi efetuada à entrada da Freguesia de Quinta do Anjo e do concelho, na zona da Penalva, quem vem da Quinta do Conde. Lembra que as estradas e rotunda foram realizadas pelo Município no mandato anterior, no âmbito do HUB10, tendo o

arranjo paisagístico da rotunda ficado para ser desenvolvido. Refere que conseguiram que uma empresa o fizesse no âmbito de um protocolo. Transmite que o projeto evoca, sobretudo, o território Arrábida, não só porque “toca” nos três concelhos – Palmela, Setúbal, Sesimbra, mas também porque estão numa porta de entrada no território Arrábida.

Como informou, existem muitas reuniões até ao final da semana, com várias coletividades e associações e atendimentos descentralizados na sexta-feira, no período da manhã. Informa também que terminam a Semana da Freguesia, ao final da tarde, com uma breve conferência de imprensa para dar conhecimento de todo o trabalho à Comunicação Social e com um momento alto da Freguesia, que é a apresentação do programa do 29.º Festival do Queijo, Pão e Vinho, que decorre entre 4 a 6 de abril, em São Gonçalo, nas instalações da ARCOLSA, para o qual deixa o convite.

Termina dando nota que cumpre à Câmara Municipal trabalhar, recuperando aspetos que, por vezes, derrapam nos prazos, recuperando atrasos, resolvendo assuntos no dia-a-dia, projetando compromissos a quatro anos, mas também trabalhar com um horizonte muito maior, pelo que, tendo em vista a proposta de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), solicitaram na atual semana a conferência final, às duas entidades que ainda vão ter que rever tudo – a Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDR (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional). Refere que se trata da “ponta final” e espera que não “atrapalhem” mais. Transmite que vão levar a essas conferências finais o que foram as pronúncias dos municípios no âmbito da participação pública, sendo que, aquilo que for possível acolher, será firmado. Lembra que têm um conjunto de equipamentos que estão perspetivados e que já referiram, há mais de um ano, a necessidade de, na Carta Educativa que em breve será tornada pública e discutida, incluir uma Escola Básica 2,3 para Quinta do Anjo. Dá nota que estão a negociar terreno para ampliar a Escola de Cabanas (que foi ampliada há quatro anos e que já necessita de uma nova ampliação). Dá nota também que, com uma nova Escola Básica em Palmela, não será necessário ampliar a Escola Básica Matos Fortuna, porque a rede, dentro do agrupamento, é melhor distribuída.

Mas nessa senda, partilha que têm também uma proposta muito concreta, que apresentaram há cerca de uma semana à Sra. Ministra da Administração Interna e ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, para a criação de algo que a Junta de Freguesia também já tinha sinalizado e discutido muitas vezes no Conselho Municipal de Segurança, que se prende com a necessidade de a Freguesia de Quinta do Anjo ter também um posto da Guarda Nacional Republicana. Realça que se trata de uma freguesia que continua a crescer, tendo os números sido todos ultrapassados, onde existem novos espaços urbanos que, estando a ser infraestruturados e consolidados, estão a atrair diariamente mais gente, facto que se verifica através da quantidade de processos que entram no Departamento de Administração Urbanística e outros que não entram, mas que vão ser “caçados” e vão ter que entrar. Refere que têm uma estação de caminho de ferro importantíssima, que infelizmente chama-se da Penalva. Salienta que ligam a uma zona de atividades económicas vital para a Península de Setúbal e para a Área Metropolitana de Lisboa,

porque não é só a Autoeuropa, pois, em torno da mesma, nomeadamente em Vila Amélia, nos últimos 8 anos, novas empresas que ali se fixaram, e outras que vão ali fixar-se. Observa que são os eixos viários, as ligações estratégicas e mais gente a circular, pelo que não pode estar dependente de uma patrulha que vem de vez em quando, para o lado da Quinta do Anjo. Manifesta a felicidade por ter conseguido, nos últimos doze anos, um destacamento para Palmela, mas é necessário dar resposta, pelo que propuseram um terreno muito concreto, quase à porta da Estação da Penalva. Partilha também que propuseram um outro terreno, para uma outra infraestrutura que começa novamente a ser discutida, para o que foi no passado o Comando Distrital da Proteção Civil, que ainda tem o Comando Sub-regional (desapareceu o Distrital e passou a existir um Sub-regional) a funcionar em Palmela, numas instalações dos Bombeiros de Palmela. Porque não querem que o Comando saia de Palmela e porque está a ser, de novo, discutido o possível regresso à estrutura distrital e as tradições que têm nessa área dos Bombeiros e da Proteção Civil, partilha que apresentaram também essa proposta.

Observa que a Quinta do Anjo é uma terra muito orgulhosa do seu património, do seu passado, das suas raízes rurais e, hoje, é também um território de contrastes pela positiva, de tradição, de modernidade e que tem de continuar a sonhar e a ter esse horizonte de futuro.

Conclui a sua intervenção, referindo que os dados ficam lançados e que, quem vier a seguir, faça o favor de concretizar da melhor maneira.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que o período que se segue é destinado à intervenção do público, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Rita Lourenço).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Miriam Gomes da Silva).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (24 de março - Dia Nacional do Estudante).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (28 de março - Dia Nacional da Juventude).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Rita Lourenço).

«A judoca Rita Lourenço, sagrou-se Campeã Nacional de Cadetes, na categoria -57kg, ao vencer a prova do Campeonato AS Nacional de Cadetes, que se realizou no dia 15 de março de 2025, em Mafra.

A judoca residente em Vila Amélia, Freguesia de Quinta do Anjo, começou o seu percurso no Programa de Desenvolvimento do Judo, no *St. Peter's School*, e representa, atualmente, a Sociedade União Sintrense, tendo sido agraciada com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2024.

No passado mês de janeiro, em representação da seleção de Portugal, venceu a Casablanca African Cup Cadet 2025.

Reunida a 19 de março de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a judoca Rita Lourenço pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a saudação (Rita Lourenço) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Miriam Silva).

«A atleta Miriam Silva, residente na Freguesia de Quinta do Anjo, sagrou-se Campeã Nacional de Duetlo, no Grupo Idade 40-44 anos feminino, ao vencer o Campeonato Nacional Individual de Duetlo – XXIX Duetlo de Grândola, que se realizou no dia 16 de março de 2025, em Grândola.

A atleta tinha-se sagrado, no passado dia 9 de fevereiro, Campeã Regional de Corta-Mato, Master 40, feminino, ao vencer a prova realizada na Quinta do Anjo.

Reunida a 19 de março de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a atleta Miriam Silva pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a saudação (Miriam Silva) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (24 de março - Dia Nacional do Estudante).

«Celebra-se a 24 de março o Dia Nacional do Estudante, data que assinala a luta dos estudantes contra o fascismo em Portugal.

Foi em 1962 que os estudantes em Lisboa realizaram um protesto exigindo a extensão do ensino universitário a todos os portugueses, independentemente da política, religião ou raça, a democratização do ensino, bem como a suspensão da discriminação económica. Protestos estes que se estenderam a todo o País, apesar da repressão que então recaiu sobre aqueles que se pretendiam manifestar, com proibição de manifestações e cargas policiais, impedindo que os estudantes de Coimbra e Porto se deslocassem até Lisboa.

Em 1987, a 1 de junho, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 19/87, na qual se consagra o dia 24 de março, Dia Nacional do Estudante, tendo como objetivos: "o estímulo à participação dos estudantes na vida escolar e na sociedade", "a cooperação e convivência entre estudantes", "a democratização e o desenvolvimento do ensino" e "a ligação dos estudantes com a comunidade"

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 19 de março de 2025, saúda todos os Estudantes do concelho, exortando à sua participação na construção de uma sociedade mais fraterna e justa, realçando as competências e progressos nos seus percursos escolares, ciente do valor que os mesmos têm numa comunidade mais coesa, produtiva, livre e, acima de tudo, mais independente.»

Submetida a saudação (Dia Nacional do Estudante) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (28 de março - Dia Nacional da Juventude).

«Em 23 e 28 de março de 1947 realizaram-se dois grandes acampamentos de jovens em Bela Madil (Olhão) e São Pedro de Moel, respetivamente, organizados pela Movimento de Unidade Democrática Juvenil, integrando um movimento mundial dedicado à paz no mundo e com apelos à democracia e liberdade em Portugal.

Fortemente reprimidos pela PIDE, com agressões e prisões, o movimento de solidariedade para com esses jovens foi significativo.

Desde então, assinala-se o dia 28 de março, em Portugal, como o Dia Nacional da Juventude, assinalando a luta pela paz e democracia, mas também pela defesa e consagração dos direitos, liberdades e aspirações dos jovens.

Evocar essa data, continua a ser a defesa dos interesses dos jovens pelo reconhecimento dos seus direitos a uma vida autónoma, com condições dignas de trabalho de habitação, saúde e educação, no fundo no cumprimento pleno do Artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa.

Reunida em Palmela, a 19 de março de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda os jovens portugueses, em particular os jovens do concelho, pelo empenho na transformação da sociedade, contribuindo para um mundo mais justo, sustentável e em Paz.»

Submetida a saudação (Dia Nacional da Juventude) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Intempéries – 17 de março de 2025 – O Sr. Presidente**, para além de todo o trabalho preparatório e do facto de todo o efetivo operacional estar preparado, com os Bombeiros e outros serviços municipais para outras ocorrências, deixa um breve balanço das consequências da intempérie de dia 17 de março. Informa que durante a manhã tiveram uma precipitação de 16.2 por metro quadrado, tendo o vento sido mais brando do que o que se está a sentir nesta noite (a estimativa da proteção civil é que possam vir a ter precipitação de 100 ml/m2 que aponta para a lógica das Cheias dos 100 anos). Refere que, de uma maneira geral, foi sentido esse fenómeno no concelho, tendo registado cerca de uma dúzia de ocorrências, sobretudo inundações de plataformas de estradas, quer em arruamentos urbanos, quer em vias municipais, uma delas em arruamento urbano com duas garagens com entrada de água, num ponto que já é crítico, tendo havido também quedas de pernas de algumas árvores e de duas estruturas de postes de telecomunicações, sem outros incidentes de maior. Refere ainda que intervieram de forma a poder resistir melhor a algum agravamento desses fenómenos na atual noite. Transmite que, de uma maneira geral, estiveram no terreno três corporações de bombeiros, os piquetes de saneamento e de rede viária. Espera que a noite não seja mais grave do que aconteceu no dia 17.

Dá nota que o comportamento hidráulico do troço já intervencionado da Ribeira da Salgueirinha foi fundamental para evitar males maiores, sobretudo até à zona do pinhal da Salgueirinha, onde voltou a haver alagamento num atravessamento hidráulico, na zona da Rua do Olho Ferrenho (uma questão que tem a ver com a limpeza de terrenos de particulares) e da existência de um alagamento no atravessamento na Rua da Lagoa da Palha Velha.

Realça que, de uma maneira geral e com esta intensidade de precipitação num curto período de tempo, por mais que os sistemas pluviais estejam dimensionados de acordo com as normas técnicas de engenharia hidráulica e civil para aquilo que são as Cheias dos 100 anos, existem sempre zonas de empoçamento.

Espera que o trabalho preventivo entretanto realizado evite males maiores.

Passa a palavra à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**.

. Dia Mundial da Árvore/Dia Internacional das Florestas – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta todos os presentes e refere que o Dia Mundial da Árvore/Dia Internacional das Florestas, celebrado a 21 de março, tem como objetivo destacar a importância da conservação das florestas. Informa que o Município de Palmela irá celebrar a data com várias atividades dirigidas à comunidade educativa e à população em geral, focadas na salvaguarda da biodiversidade e na promoção da floresta portuguesa.

Dá nota que o programa tem algumas alterações face às datas iniciais por força das condições meteorológicas adversas, iniciando as ações no dia 25 de março com a plantação simbólica de árvores no **"Pinhal Novo Verde"**, com a participação do mecenas Visteon. Transmite que ação prevista para dia 21 de março, uma visita à **Serra de São Luís** com alunos do 11.º ano da Escola Secundária de Palmela, durante a qual se refletirá sobre os problemas ambientais da região e possíveis soluções, bem como outros fatores de mitigação relacionados, será reagendada e que, no dia 23 de março, mantém-se a **Caminhada "Dia Mundial da Floresta"**, através dos trilhos da Serra do Louro, Vale dos Barris e Vale de Alcube que levará os participantes a descobrir a diversidade de plantas do Parque Natural da Arrábida.

Informa que o conjunto de percursos pedestres interpretativos **"À descoberta das Plantas da Serra do Louro"**, contará com a participação de 3 turmas e será reagendado no terceiro período escolar, onde, para além da descoberta da flora autóctone, pretende-se também observar a resposta destas espécies ao incêndio que ocorreu na zona.

Dá ainda nota que o Percorso interpretativo **"À descoberta das orquídeas da Arrábida"**, acompanhado pelo autor do Guia de Campo mais completo das orquídeas desta área geográfica, Armando Frazão, e dirigido à população em geral, está marcado para 6 de abril e visa dar a conhecer as espécies de orquídeas mais emblemáticas da região, assim como as suas principais características e as melhores formas de as proteger.

Termina, convidando todos e todas a participarem nas iniciativas organizadas pelo Município, que visam sensibilizar para a importância da conservação da floresta

. Dia Mundial da Água/Matriz da Água 2023 – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que o Município de Palmela assinala o Dia Mundial da Água (22 de março) com a publicação

online da Matriz da Água de Palmela – 2023, que poderá ser consultada, a partir dessa data, em www.cm-palmela.pt (Viver / Ambiente / Água / Matriz da Água).

Refere que a Matriz apresenta a caracterização dos sistemas de abastecimento e saneamento no concelho, além do desempenho da Autarquia na gestão desses serviços, e identifica os principais investimentos realizados nas áreas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, bem como o trabalho realizado para o uso racional da água como bem essencial.

. Lançado concurso para obra de requalificação da sede do Grupo Desportivo Águias da Aroeira – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi lançado concurso público para a empreitada de requalificação do Grupo Desportivo Águias da Aroeira, com um preço base que, acrescido de IVA, totaliza 105.989,40€.

Refere que a obra inclui a substituição da cobertura de fibrocimento por uma nova, em painéis sandwich, substituição do teto falso e da iluminação, que passará a ser com LED, para maior eficiência energética e financeira, incluído ainda o tratamento e pintura exterior do edifício.

Considera que, com a intervenção, serão criadas melhores condições para as atividades culturais e desportivas que o Águias da Aroeira dinamiza na zona.

Lembra que o Águias da Aroeira é uma associação fundada em 1983 e tem um papel importante na vida da comunidade local.

Termina, referindo que esta obra está incluída na OIL – Operação Integrada Local de Poceirão e Marateca, conforme acordo de colaboração celebrado com o Município.

. Inventário do Arvoredo Urbano do Concelho de Palmela - O Sr. Vereador Pedro Taleço cumprimenta todos os presentes e dá nota que no dia 21, inserido também nas comemorações do Dia Mundial da Árvore, a Câmara Municipal de Palmela irá dar acesso, ao público, ao Inventário do Arvoredo Urbano do Concelho. Informa que, a partir deste momento, cada um dos munícipes poderá sinalizar a sua árvore no mapa (muito parecido com o *Google Maps*), dando os seus comentários, as suas críticas ou as suas sugestões. Transmite que cada árvore passa a ter um bilhete de identidade. Espera agilizar os fluxos de reclamações, transformando-as em participação, deixando esse desafio. Informa ainda que todas as árvores de espaço público – são praticamente quase quatro dezenas de milhares em espaço público-, têm uma fotografia e estão referenciadas com todos os dados. Informa igualmente que os serviços da Câmara Municipal passarão a fazer o registo de trabalho para que o munícipe fique plenamente informado sobre a execução de trabalhos em determinada árvore ou a falta dele. Acredita que este instrumento é fundamental para a participação no processo, que permitirá criar uma relação essencial com as árvores no espaço público e nas proximidades das propriedades. Refere que se trata de um investimento na ordem dos 30.750 euros. Termina, referindo que se encontra por concluir 5%,

porque estão à espera da primavera, pois não conseguiram medir todas as copas e todas as árvores antes de entrar o inverno.

. Hora do Planeta – O Sr. Vereador Pedro Taleço informa que o Município irá associar-se à Hora do Planeta, com o desligar da iluminação, no dia 22 de março, em alguns locais. Refere que se trata de um movimento global e dá nota que os locais que a autarquia desligará a iluminação, 20H30M e as 21H30M serão: o Castelo, os Paços do Concelho, o Pelourinho, a Alameda Alves Pereira, o Cine-Teatro São João, o Centro Cultural do Poceirão, o Jardim de Cabanas, fontes decorativas de Pinhal Novo e Palmela, e Busto de José Maria dos Santos, em Pinhal Novo. Informa também que irão efetuar uma redução do fluxo da iluminação pública para 70% em alguns locais, mantendo os locais e vias principais essenciais. Transmite que, além das ações diretas, pretendem motivar os munícipes para, momentaneamente, desligarem as luzes de casa e realizar ações de sensibilização dirigidas às escolas do primeiro ciclo do ensino básico.

Refere ainda que esta ação se enquadra nos Objetivos da ODS – Cidades Sustentáveis. Educação e Qualidade, Energias renováveis e acessíveis. Cidades e Comunidades Sustentáveis e Ação Climática.

Termina, deixando o convite à participação de todos, nesta ação demonstrativa.

O **Sr. Presidente**, dado ao adiantado da hora, solicita à **Sra. Vereadora Maria João Camolas** para que prescinda a sua intervenção. De uma forma resumida, partilha que as informações dizem respeito a resultados desportivos de atletas do concelho no Campeonato Regional Centro Sul de Kempo, onde tiveram vários campeões e também na VII Taça KPS 2025 de Karaté. Sugere a elaboração de uma informação e uma saudação aos clubes.

Informa igualmente que o Curso das Ordens Militares irá decorrer na próxima sexta-feira.

Assuntos apresentados pelas Sras. Vereadoras Julieta Rodrigues e Mara Rebelo e pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa

. Acesso pedonal e valências médicas na Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo
- A **Sra. Vereadora Julieta Rodrigues** cumprimenta todos os presentes e manifesta o seu agrado pela previsão do início da construção da Unidade de Saúde Familiar em Quinta do Anjo, uma obra muito aguardada pela população. Sobre o projeto questiona se foi acautelado o acesso pedonal para os habitantes da Quinta do Anjo e se é possível saber quais as valências médicas que estão previstas.

Refere que tinha outras questões a colocar que, entretanto, foram respondidas, nomeadamente sobre o Cine Teatro São Gonçalo e o facto de ter em consideração a opinião das várias associações e sobre a Estrada Nacional 379.

. **Bermas na Estrada Municipal 534** - O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e volta a questionar sobre as bermas na Estrada Municipal 534, no lanço que vai até à Subestação de Palmela, pois pareceu-lhe que o trabalho já tinha sido iniciado junto à Subestação. Apesar de não ser uma estrada com muito volume de trânsito, mas considerando que a valeta já foi feita há muito tempo – e mantém-se estruturalmente em boas condições -, questiona se o trabalho é para continuar.

. **Colocação de sinalética de acesso aos frigoríficos do supermercado, no Poceirão** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** relembra que a colocação de sinal de informação de acesso aos frigoríficos do supermercado no Poceirão continua por ser efetuada, pois não foi colocada a placa com a informação de “cargas e descargas”.

. **Espelho no cruzamento da Rua Serrinha com a Rua São Braz** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** relembra também a falta de colocação do espelho convexo no cruzamento da Rua Serrinha com a Rua São Braz.

*Neste momento o **Sr. Presidente** intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que é na Rua da Serrinha com o cruzamento da Rua de São Braz, após o restaurante. Do ponto de vista técnico, considera que não existem dúvidas de ser necessário. Mais refere que, com a mudança de trânsito nas Pegarias de Cima, nomeadamente na Rua Ordem de Santiago, o espelho foi retirado por não ser necessário, pelo que esperava pela colocação no local que apresentou.

O **Sr. Presidente** interrompe para informar que o espelho foi roubado e não retirado pela autarquia.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** reforça que esperava que, como já não era necessário por ser de sentido único, o mesmo fosse recolocado.

. **Animais abandonados em Palmela Village** - O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** dá nota que recebeu várias reclamações (pensa que todos os eleitos também receberam) de seis munícipes que moram na zona do Palmela Village, em relação a animais abandonados. Refere que os cidadãos informam que contactaram a Câmara Municipal, nomeadamente o CROA –

Centro de Recolha Oficial de Animais, tendo obtido a resposta que já não existe espaço para colocar mais animais.

. Colocação de espelhos parabólicos - A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta todos os presentes e refere que, ao ser mencionada a questão dos espelhos, recordou-se de duas situações que já tinham apresentado, relativamente a locais mais vulneráveis e onde existe maior risco de acidentes, em que a colocação de um espelho parabólico resolveria ou minimizava as situações de perigo. Lembra que na saída da Rua do Aviário, em Vale de Touros, para a EN 379, as viaturas que saem da rua perdem a visibilidade, porque os carros estão estacionados no restaurante "O Caco". Lembra ainda que na saída da Rua Elias Garcia para a Rua Luís de Camões, em frente ao muro lateral da igreja, o cruzamento é muito complicado, com muitos acidentes. Para as duas situações considera que a colocação do espelho poderia ser a solução.

. Centro Cultural do Poceirão – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que têm conhecimento que o Centro Cultural de Poceirão está encerrado devido uma avaria elétrica (curto de circuito). Desconhecendo a data prevista para a reparação e pelo facto de existirem associações que utilizam o espaço como a sua sede, questiona quais as alternativas que a Câmara Municipal tem pensadas para este tipo de associações. Dá o exemplo do Rancho Folclórico que usa o espaço para ensaio e se o mesmo já tem algum local alternativo.

Respostas às questões apresentados pelas Sras. Vereadoras Julieta Rodrigues e Mara Rebelo e pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa

O **Sr. Presidente** agradece as questões e começa por responder à **Sra. Vereadora Mara Rebelo**. Esclarece que sempre existiram alternativas, nomeadamente no Parque Mário Bento, e informa que já responderá com mais pormenor.

. Acesso pedonal e valências médicas na Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo
– O **Sr. Presidente** refere que existe acesso pedonal e lembra que Unidade de Saúde está junto à Avenida António Matos Fortuna, que tem acesso viário e acesso pedonal para ambas as zonas, que é também de ligação à cooperativa, pelo que garante a existência de acesso.

Quanto às valências médicas, o **Sr. Presidente** passa a palavra à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** que tem informações que pode partilhar.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** agradece a questão e dá nota que o equipamento terá treze gabinetes médicos e quatro de enfermagem, duas salas de tratamento, sala de saúde oral, sala de movimento, incluindo espaço exterior, além de espaços de receção, espera e secretaria.

Informa que existirão ainda espaços de trabalho ligados à gestão do centro, com gabinetes e sala de reuniões e espaço de apoio, como vestiários, arrumos e sala de isolamento.

O **Sr. Presidente** complementa a informação, dando nota que o programa funcional é definido e aprovado pelo Ministério da Saúde, tendo a Câmara Municipal concordado com o mesmo. Teme que não seja colocado o pessoal e disponibilizadas todas as valências. Dá como exemplo o gabinete de saúde oral no Pinhal Novo que foi feito para esse fim e não foi equipado. Informa que, recentemente, tiveram conhecimento de um eventual concurso e contratualização no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) de equipamento para consultórios dentários para Unidades de Saúde sejam familiares ou cuidados primários e que, quer o anterior, quer o atual Governo, atrasaram o processo, quando seria tudo pago a 100%.

Realça que a Câmara Municipal irá concretizar a obra, que é o compromisso de mandato, preparando-a para essas valências, cabendo depois ao Ministério da Saúde dotá-la do equipamento e dos profissionais de saúde respetivos. Tem uma expectativa positiva, porque acredita que esse tipo de unidades de saúde, com a qualidade que têm, atraem profissionais, pois existe a capacidade para que a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo tenha condições de trabalho acima da média.

. **Bermas na Estrada Municipal 534** – Em esclarecimento ao **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, o **Sr. Presidente** partilha que a intervenção é para continuar. Refere que a brigada, com a meteorologia que se está a assistir, tem andado por “outras frentes”, de valetas, de reparação de caminhos e aceiros. Realça que tem sido um trabalho muito intenso, com emergências, fazendo com que o trabalho que estava planeado acabe por ser interrompido. Espera concluir a intervenção assim que o tempo permitir.

. **Colocação de sinalética de acesso aos frigoríficos do supermercado, no Poceirão** – O **Sr. Presidente** partilha que, segundo informação prestada pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas**, o sinal foi colocado.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que a informação que possui é do dia anterior (tem fotografias que pode comprovar que o sinal não existe mostrar).

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que se trata de uma situação que tem sido debatida há meio ano, estando os serviços atentos à mesma. Dá nota que o sinal já foi substituído mais do que duas vezes e compromete-se que, na próxima vez que forem substituir, irá fotografar e partilhar. Lembra que se trata de um problema entre vizinhos.

O **Sr. Presidente** menciona que talvez o amigo comum da GNR que está reformado possa ajudar a colocar ordem na rua, pois trata-se de um litígio entre moradores.

. **Espelho no cruzamento da Rua Serrinha com a Rua São Braz** – O **Sr. Presidente** esclarece que vão analisar a situação.

. **Animais abandonados no Palmela Village** – Em relação aos animais abandonados e dos emails enviados, o **Sr. Presidente** considera tratar-se de uma campanha organizada, pois a situação não é exatamente como foi apresentada.

Refere que a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dará elementos e comentará.

. **Colocação de espelhos parabólicos** – O **Sr. Presidente** dá nota que todas essas questões são analisadas do ponto de vista técnico, com um conjunto de normas da Direção-Geral de Viação. Esclarece que a colocação de um espelho num espaço canal de uma estrada nacional não é competência da autarquia e nem têm autorização para o fazer. Considera que a solução não passa por quem estaciona mal ou onde não deveria estacionar, tapando a visibilidade, pela colocação de espelhos em todo o lado, pois não é técnica nem eticamente aprovável.

Refere que situação semelhante se passa quando os proprietários fazem alterações nas entradas e saídas e solicitam a colocação de um espelho. Menciona que não pode ser assim e que o regulamento, pois se resultou de uma alteração que o próprio fez, de uma nova garagem, de uma entrada ou saída, é próprio que paga e é colocado pelos serviços municipais, sendo que, em outras situações como a gestão das vias nos entroncamentos, é o Município que tem de estudar. Observa que existem outras soluções, como por exemplo os limitadores de estacionamento, para que os veículos não tapem a visibilidade.

Reforça que as sugestões que são trazidas às reuniões, são devidamente registadas pela Sra. Vereadora e seguem para os serviços competentes. Termina referindo que tomam em boa nota, e que irão levar o assunto à Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público.

. **Centro Cultural do Poceirão** – O **Sr. Presidente** questiona a Sra. Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção sobre a informação feita pela mesma.

Neste momento a Sra. diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** esclarece que entrou água no quadro durante uma outra intempérie, pelo que tiveram que desligar tudo. Esclarece que, primeiramente, tentaram saber porque tinham sido feitas obras, se a avaria se devia a alguma intervenção resultante da obra realizada. Refere que existiu a necessidade de intervenção dos eletricitistas da Câmara Municipal e, depois, com a empresa que foi ao local para tentar perceber. Tendo o problema já sido identificado, assegura que será corrigido. Quanto às alternativas, refere que sempre foram encontradas, pois é recorrente de que qualquer situação que ali aconteça, seja transferido para o Parque Mário Bento. Menciona que pode haver uma ou outra associação que não aceite a alternativa, mas a mesma foi encontrada.

Assume que deseja ter o centro a funcionar, pois têm o *Maker Space* para colocar em funcionamento e estão a preparar um espetáculo com a comunidade e com os grupos residentes do Centro Cultural do Poceirão, que irá decorrer nesse espaço, que será o cenário e o espaço natural para esse espetáculo intitulado "Dançar Abril".

Transmite que se tratam de situações que acontecem que, por questões de segurança, tiveram que impedir a utilização. Termina, referindo que, para outras associações que fazem atividades desportivas, têm sempre como alternativa o pavilhão da Palmela Desporto.

O **Sr. Presidente** passa a palavra à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** para esclarecimento quanto à situação do espaço no CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais).

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por agradecer ao **Sr. Vereador Carlos de Sousa** por ter chamado à colação esse assunto, porque assim permite esclarecer.

Assume que também estranhou ter recebido várias reclamações no mesmo dia, de conteúdo exatamente igual, sem nenhuma alteração, de pessoas diferentes, pelo que tentou perceber o que se estava a passar. Partilha que chegou à conclusão que a origem das várias reclamações era proveniente de um apelo feito nas redes sociais, onde alguém referia, e cita "*Boa tarde, peço o favor de colaborarem todos comigo. Vamos aproveitar que estão a aproximar-se as autárquicas. Escrevi este email. Vamos encher-lhes a caixa de emails.*". Esclarece que se tratou de uma situação que aconteceu com essa pessoa, que pediu intervenção, ao final do dia, do CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais), tendo existido a deslocação de uma funcionária ao local para capturar um animal que estaria errante na via pública. Mais esclarece que, passado uma hora e meia de tentativa de recolha do animal, não foi possível, tendo a referida pessoa voltado ao contacto com o CROA, no dia seguinte, dando nota que conseguiu, através de uma cadela com o cio, atrair o animal. Transmite que a informação prestada foi que, nesse momento, estavam com as instalações do CROA cheias e se era possível ficar com o animal ou pelo menos temporariamente, pois, neste caso, fariam o que é a nossa competência, entrando em contacto, através do trabalho que têm em rede, com alguma associação. Partilha que falaram pessoalmente

com uma outra pessoa que vive com a reclamante e explicaram a situação tendo sido expedida missiva a informar que estavam disponíveis, capturado que estava o animal, para fazer o trabalho que lhes compete – leitura e presença ou não do chip, desparasitação e vacinação se necessário.

Considera que a problemática prende-se com ato individual de cada um que abandona o seu animal na via pública e que se trata de um problema que é transversal a toda a sociedade portuguesa e não do CROA do Município de Palmela. Considera ainda que a tónica, em vez de estar a ser colocada no facto de não existir, naquele preciso momento, um espaço de alojamento no CROA, deve antes olhar-se para um problema que é a nível nacional. Desabafa que uma crítica, generalista, como a que foi apresentada, que no título tem "*o mau funcionamento do CROA. Apoio aos animais abandonados, perdidos e em perigo*", quando têm vários elogios ao CROA, no atendimento às pessoas que fazem interlocução naquilo que é a resgate animal, ferido, acidentado ou errante, não se faz, pois, quem quer fazer uma crítica construtiva, fá-la de outra forma. Refere que foi explicado à reclamante e a todos os outros seguidores desse apelo, que, sem prejuízo de estar em causa uma crítica generalista, a mesma cai nos extremos de pecar por ser injusta e inadequada.

Mais refere que o Município, o CROA, os seus médicos veterinários e toda a sua equipa sabem exatamente o seu papel e a sua missão, tendo os mesmos assentado que o problema está numa atitude comportamental, que é cultural no país, que tem na sua génese, não só aspetos culturais, mas também sociais e económicos. Considera que o problema do abandono dos animais não se resolve à custa de alargar e ampliar os "CROA's", pois, por mais ampliação que exista, nunca resolve aquilo que são mais de sessenta mil animais por ano a serem abandonados. Salaria que não existe possibilidade de todas as famílias ficarem com os animais, situação que não é só afirmada pela própria Associação Nacional de Médicos Veterinários Municipais, pois todos têm essa sensibilidade para o reconhecer, porque são esses que estão no terreno e conhecem os problemas.

Dá nota que, aquilo que transmitiram aos munícipes, foi registar o "desabafo", pois têm que o fazer e acolher, mas que a tónica e a causa, não está na dimensão do CROA, mas sim num problema a seu montante, que é o abandono. Observa que se querem uma política séria e estruturante que resolva o problema, a mesma não será através da ampliação do CROA, mas com medidas nacionais que, de uma forma sistémica, trabalhe a temática.

Observa ainda que existe necessidade de hospitais veterinários nacionais públicos; de apoio à esterilização; de criação de melhores condições e financiamento às autarquias, porque os territórios não são todos iguais, pelo que têm que tratar diferente aquilo que é diferente.

Ainda assim, demonstra o empenho, porque estas situações ofendem os trabalhadores do CROA e os seus médicos veterinários, quando se acusa genericamente do mau funcionamento. Nesse sentido, transmite que o Município/CROA trabalha em rede com as associações de bem-estar animal, investe no apoio financeiro aos mais vulneráveis, na medida das possibilidades; investimos em campanhas de sensibilização e de adoção, que é uma medida que deveria de estar

nas televisões em horário nobre por parte do Estado Central, porque esta não se faz só com política local. Continua referindo que trabalham junto das escolas na temática da adoção e do cuidado a ter com os animais, que aumentaram o investimento nas esterilizações, na rede de abrigos para felinos e o investimento na alimentação. Lembra que existe um regulamento de apoio social à esterilização e informa que, em dois anos, recolheram mais de mil animais no CROA, independentemente da sua dimensão. Isto tudo, significa que fazem o trabalho que lhes compete.

Destaca que têm trabalhado na linha da adoção e que aumentou o número de famílias que adotam, em contrapartida estão a canalizar menos para as associações de bem-estar animal, que sabem que também estão “sufocadas”.

Reforça, novamente, que cumprem com a missão. Sabem que a ampliação do CROA é um compromisso de mandato, já parcialmente cumprido, através da ampliação do gatil, faltando a parte dos canídeos, sendo que as razões já foram amplamente partilhadas. Realça que o **Sr. Presidente**, tem, continuamente, tentado negociar o terreno e que não tem sido fácil chegar a acordo, pois o preço solicitado pelo seu proprietário é exorbitante. Partilha ainda que a opção de deslocar o CROA para outra zona não foi descorada, mas considera que, com o investimento feito nas atuais instalações, o ideal será ampliar para o prédio contíguo.

Conclui, referindo que a missão está cumprida.

O **Sr. Presidente** agradece e considera que a explicação dada pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** ultrapassou as suas expectativas, pois, apesar de sentir que episódios deste tipo são recorrentes, pareceu-lhe que esta situação foi lançada nas redes sociais e os emails enviados para todos, numa lógica de campanha pela negativa.

Assume que gostavam de ter encetado a duplicação da capacidade do CROA. Refere a situação não se deve à falta de alojamento no CROA, porque recorrem à rede de parceiros e a associações que são também, apoiadas pela autarquia para situações de emergência, pelo que o número de animais recolhidos e tratados nunca foi tão grande, tal como o número de adoções que, felizmente, também tem crescido.

Contudo, reconhece que tem que fazer mais.

O **Sr. Presidente** passa a palavra ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano**.

. **Autoeuropa** - O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e faz uma referência e saudação ao recente anúncio do investimento da Autoeuropa na fábrica da Volkswagen e à decisão de produção do próximo veículo elétrico em Portugal, na fábrica do distrito de Setúbal, que garante trabalho para muitos milhares de pessoas para mais alguns anos. Lembra que visitaram a Imeguisa, empresa que tem como principal cliente a Autoeuropa, que

salientou esse investimento. Considera que têm que valorizar o trabalho e o esforço do Governo português, no caso o Ministro da Economia e o Primeiro-ministro, por terem conseguido esse investimento no Distrito de Setúbal, no concelho de Palmela e na Freguesia da Quinta do Anjo.

. **Espaço de Jogo e Recreio do Sobral na Quinta do Anjo** – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** relembra uma reivindicação de muitas famílias para a necessidade de reabilitação ou investimento neste espaço.

. **Passagem inferior da Rua do Alentejo** - O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** volta a colocar, tal como já o fez em outras reuniões de Câmara Municipal, o assunto da passagem inferior da Rua do Alentejo. Relembra que colocou a questão nas duas últimas reuniões de Câmara Municipal e não obteve qualquer esclarecimento.

O **Sr. Presidente** esclarece as questões colocadas pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano**.

. **Autoeuropa** – O **Sr. Presidente** começa por afirmar que estão todos de acordo. Frisa que não se trata de um processo cujo mérito seja do Governo “A”, “B” ou “C”, pois muita gente trabalha para esse assunto, há vários anos. Recorda que o Município trabalha e é necessário à Autoeuropa, pois participa em algumas reuniões, algumas decisivas, para transmitir e garantir que a salvação do grupo está em Portugal e em Palmela, pois existe uma forte garantia da existência de mão de obra.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** interrompe para referir que uma coisa não contraria a outra.

O **Sr. Presidente** refere que existe a garantia de que têm um *cluster* e empresas a montante e a jusante e que estão a trabalhar no licenciamento. Recorda as declarações que prestou à TSF. Remete para a data de 06/06/2023, porque, em segredo, licenciaram a nova estufa de pintura para carros híbridos e elétricos. Explica que a estufa de pintura teve de ser uma nova porque os híbridos e os elétricos têm uma pintura e materiais diferentes, assim como o armazenamento das componentes que tem de ser efetuado a temperaturas diferentes. Dá nota ainda de uma nova ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais), também para os efluentes que decorrem da nova estufa de pintura, das questões de eficiência energética e os milhões de investimento que a Autoeuropa irá fazer até ao ano 2028.

Recorda o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** pois o Governo que agora evoca, em 2023, não estava a trabalhar no processo. Mais recorda que, em 2023, já era título de jornal, “depois do híbrido virá um elétrico”, porque esses assuntos já estavam a ser trabalhados.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** comenta que virá agora.

O **Sr. Presidente** concorda e que também a Câmara Municipal está a lançar obras que, infelizmente, não irá inaugurar.

*Neste momento o **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** falam em simultâneo não sendo possível uma transcrição clara.*

O **Sr. Presidente** refere que pretende esclarecer que existe um esforço do país, um investimento com o dinheiro dos contribuintes europeus, porque para a eletrificação para a nova estufa, para eficiência energética e o parque solar que vão construir, será tudo pago por fundos europeus e pelo fundo ambiental.

*Neste momento o **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** falam em simultâneo não sendo possível uma transcrição clara.*

O **Sr. Presidente** considera um mérito o facto de o investimento ser feito no país. Destaca a existência de grandes isenções fiscais e taxas, que muita falta faziam.

Refere que todos estão muito felizes, pois trabalharam para tal. Dá nota que quem lidera o grupo, vem reunir a Portugal e, para essas reuniões, convidam o Presidente da Câmara Municipal.

Considera ser obrigação de todos, fosse quem fosse que estivesse nas funções, seja que Governo for, ou Ministro da Economia, criar um contexto favorável ao investimento. Dá, sobretudo, mérito aos trabalhadores. Ao contrário do que algumas pessoas do PSD afirmam quando referem que os trabalhadores, os sindicatos e a CGTP "*dá cabo disto tudo*", considera que os trabalhadores da Autoeuropa são os grandes responsáveis pelo sucesso da Volkswagen, sendo a melhor unidade do grupo no momento, pelo que o mérito é deles, porque participaram muito para fazer melhor do que qualquer outra fábrica do grupo. Observa que, em Portugal, é bom que lutem pelos direitos, pois, para serem bons trabalhadores e a melhor fábrica do grupo, têm de ser bem tratados e bem remunerados.

Refere que não podia deixar passar em claro esta situação, pois, quando vê as referências do o Sr. Primeiro-Ministro na televisão e o Sr. Presidente da Autoeuropa concordar, fica um pouco "irritado", porque estão a trabalhar desde o ano 2022, tendo já sido notícia em no ano 2023.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** destaca o valor dos trabalhadores e o seu esforço, como fatores que contribuíram para que fosse possível. Partilha que esteve, em janeiro de 2025,

reunido com a Comissão de Trabalhadores na Autoeuropa e percebeu bem o trabalho da mesma e o que os trabalhadores fizeram para que o projeto viesse para cá.

*Neste momento o **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** voltam a falar em simultâneo não sendo possível uma transcrição clara.*

O **Sr. Presidente** reforça que necessitava de esclarecer porque é um contexto em que a verdade deve ser reposta.

. **Passagem inferior da Rua do Alentejo** – O **Sr. Presidente** informa que têm a resposta preparada para ir à próxima reunião de Câmara Municipal. Dá nota que estão a procurar acolher a participação de todos os vereadores e que apresentarão, esse e outros acordos, os que conseguirem ter prontos, para a Infraestruturas de Portugal. Refere que a proposta está feita, mas as propostas para os vereadores receberem a tempo, têm que dar entrada no GAP (Gabinete de Apoio à Presidência), na quinta-feira (por vezes, à sexta-feira de manhã, ainda não entraram). Salienta que vão, finalmente, aprovar aquilo pelo qual sempre lutaram, ou seja, garantir o asfaltamento do troço da Rua do Alentejo associado à passagem inferior.

. **Espaço de Jogo e Recreio do Sobral na Quinta do Anjo** – O **Sr. Presidente** considera existir algum equívoco, porque o Espaço de Jogo e Recreio do Sobral foi novo e reabilitado. Refere que, além do Espaço de Jogo e Recreio, existe uma zona de merendas, um ginásio de ar livre, um circuito de manutenção e um circuito da saúde, tendo, recentemente, equacionado reforçar a iluminação.

Esclarece que o parque, tal como todos os outros, é fiscalizado e vistoriado, até por entidades externas, nomeadamente pela ASAE. Garante que se encontra tudo funcional, pelo que considera que pode estar a existir confusão com outro parque qualquer.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PROPOSTA N.º GAP 01_06-25:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto, as empresas que a seguir se identificam manifestaram a sua intenção de efetuar doações em espécie ao município para o desenvolvimento de ações específicas.

Assim, propõe-se, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara aprove a aceitação das presentes doações.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Construção Costa & Nicolau Lda. NIF: 505933381	Doação: 6200 pulseiras luminosas	Hora do Planeta: ação destinada aos alunos do 1º, 2º e 3º ciclo	700,00 euros (Setecentos euros)
Magjacol NIF: 502007281	Doação: tintas acrílicas para pintura	Biblioteca de rua	96,60 euros (Noventa e seis euros e sessenta centimos)
		TOTAL	796,60 euros (Setecentos e noventa e seis euros e sessenta centimos)

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU, PS e PSD e a abstenção do MCCP. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM-Península de Setúbal e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM.

PROPOSTA N.º GAP 02_06-25:

«A aprovação da Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro, veio permitir a constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal (doravante, CIM da Península de Setúbal), iniciativa impulsionada pela vontade agregadora de diversos agentes políticos, sociais e económicos da Península que, ao longo de muitos anos, se empenharam na concretização do processo de constituição das NUTS III e NUTS II Península de Setúbal, tendo em vista a diminuição dos patentes desequilíbrios registados nos investimentos entre os territórios a norte e a sul da Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando a proximidade das eleições autárquicas de 2025, entendeu o Município de Palmela encetar os trabalhos preparatórios para a criação da CIM da Península de Setúbal, de acordo com a Lei, possibilitando assim aos próximos órgãos eleitos proceder à sua constituição e instalação.

Tendo presente:

- As singularidades positivas que marcam a Península de Setúbal ao nível dos recursos humanos e naturais, das atividades industriais e logísticas e do setor empresarial;
- A vincada identidade territorial em torno de valores e culturas, mas também da história coletiva marcada pelo desenvolvimento da indústria, das pescas, da agricultura e dos seus produtos regionais característicos, pela sua qualidade ambiental e paisagística e pela sua dinâmica cultural;
- A capacidade registada nos vários atores para gerarem um contexto de unidade e concertação entre os Municípios envolvidos;
- A dificuldade observada na Península de Setúbal em superar os valores médios de referência em termos de produção e exportação da Grande Lisboa;
- O prejuízo enfrentado pela Península de Setúbal na atribuição de fundos nacionais e europeus ao longo das últimas décadas, apesar de apresentar um PIB per capita inferior à média europeia, que reforça a condição da Região como credora de discriminação positiva, designadamente no acesso a fundos comunitários;
- O quadro de atribuições legais da CIM da Península de Setúbal, associado à promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território e à participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito de fundos europeus;
- A perspetiva de que a constituição desta entidade propiciará a toda a região uma maior escala de benefícios relativamente a fundos europeus para projetos de desenvolvimento económico, social e ambiental através de um quadro comunitário consonante com a realidade da Península de Setúbal, assimétrica em relação à margem Norte do Tejo;
- A expectativa de que o descrito contexto gere maior investimento, desenvolvimento e riqueza para a região, valorizando o seu território e contribuindo para o aumento da qualidade de vida das suas populações;

Tendo ainda presente que:

- No quadro dos municípios envolvidos, foi constituído um grupo de trabalho responsável pela elaboração, em projeto, dos documentos fundamentais à formação da CIM da Península de Setúbal;
- Os documentos elaborados nesse contexto foram objeto de atenta análise por cada uma das autarquias, encontrando-se, na presente data, estabilizados os projetos de Acordo Constitutivo e de Estatutos da CIM (em anexo integrante da presente proposta);

Avançaram os municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal para a constituição formal da CIM, a qual depende da celebração do correspondente Acordo Constitutivo, do qual cumpre destacar a missão atribuída à CIM (ponto II do Acordo Constitutivo), dedicada à realização de interesses comuns aos municípios que a compõem, mediante as competências legalmente detidas em matéria de planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, em especial, no âmbito do respetivo quadro comunitário.

Cabe ainda aludir ao Programa de Ação atribuído à CIM (ponto III do Acordo Constitutivo), com destaque para o papel fundamental que a CIM irá ter na promoção e elaboração de planos de gestão e modelos de organização e a promoção de iniciativas junto da Administração Central.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente:

1. A constituição da CIM da Península de Setúbal, com necessária submissão à Assembleia Municipal do Acordo Constitutivo em minuta, o qual, nos termos da mesma norma do RJAL, integra no seu conteúdo, como anexo, os futuros Estatutos da CIM da Península de Setúbal;
2. Sob condição da aprovação do acordo Constitutivo pela Assembleia Municipal, que o procedimento de constituição prossiga os seus trâmites formais através da celebração de escritura pública, nos termos do n.º 2 do artigo 80.º do RJAL.»

Sobre a proposta de Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM-Península de Setúbal e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM, numerada GAP 02_06-25, intervém:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** considera que a proposta para a constituição da CIM permite, sem dúvida, autonomizar a Península de Setúbal, que esteve, até agora, integrada na Área Metropolitana de Lisboa. Refere que irá autonomizar o acesso aos Fundos Europeus e, desse modo, deixar de estar fortemente penalizada no regime de apoios, tanto nas grandes empresas, como na atratividade dos Fundos Comunitários, que são definidos pelos indicadores económicos da NUTS. Observa que é necessário que a CIM consiga permitir uma governação mais integrada e eficiente, fortaleça a capacidade dos municípios em negociar com o Governo e captar fundos europeus nos próximos Quadros Comunitários, promova a partilha de recursos e de boas práticas e reduza as redundâncias administrativas, garantindo uma maior coesão territorial entre os nove concelhos da Península de Setúbal.

Refere ainda que está de acordo com a proposta e dá nota que votará favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** ausenta-se da sala e o **Sr. Vice-presidente** assegura o comando da reunião durante a sua ausência.

Departamento de Obras, Logística e Manutenção

Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Concurso público para a empreitada de construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo – Aprovação de adenda ao contrato.

PROPOSTA N.º DOLM_DEPOP 01_06-25:

«A Câmara Municipal aprovou a empreitada de construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo e a minuta do respetivo contrato, a 19 de fevereiro do corrente ano. Considerando o respetivo valor, esta obra requer visto prévio do Tribunal de Contas. De acordo com a regra habitualmente aplicada, o contrato não poderia produzir quaisquer efeitos antes de ser visado. Contudo, a Lei n.º 30/2021, com a alteração produzida pela Lei n.º 43/2024, vem criar a figura do “visto prévio especial” do Tribunal de Contas, permitindo que os atos e contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus possam produzir efeitos antes de obtido o visto. É esse o caso desta empreitada.

Por ser uma obra financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o contrato de financiamento, assinado com a Administração Central do Sistema de Saúde I.P., determina que a empreitada deve estar concluída até 30 de junho de 2026. Acresce que esta obra é muito necessária, já que o concelho de Palmela é deficitário em infraestruturas da saúde. Considerando estes factos (prazo imposto pelo contrato de financiamento e necessidade do equipamento), e como o prazo de execução é de 335 dias, temos conveniência em entrar em obra o mais depressa possível, usando a prerrogativa de aceleração processual instituída pela referida legislação.

O artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, criado pela Lei n.º 43/2024, estabelece que os atos e contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus podem produzir todos os seus efeitos, antes da emissão do visto do Tribunal de Contas, desde que cumpridas determinadas condições. Uma dessas condições está definida no n.º 2 do artigo 12.º da Resolução n.º 4/2024-PG, que aprova as Instruções 1/2024 para a fiscalização prévia especial. De acordo com este artigo 12º, n.º 2, para que o Tribunal possa contar os prazos de remessa inicial e de resposta àquele órgão (20 dias), o ato ou contrato sujeito a fiscalização prévia especial deve indicar a data, ainda que previsível, do início da respetiva produção de efeitos.

O contrato para a empreitada de construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo não inclui expressamente a data de início dos seus efeitos. A cláusula quarta do contrato remete para a cláusula 9.ª do caderno de encargos, que prevê que a execução da obra se inicia na data de

conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, ou ainda da aprovação do plano de segurança e saúde, conforme a última data aplicável. Esta forma remissiva de instituir a data de início do contrato decorre do facto de ser comum os planos de segurança e saúde terem de ser corrigidos pelos cocontratantes, ou estes demorarem uns dias a mobilizar meios, pelo que não é possível determinar, com rigor, a data de início das obras, no momento de adjudicação. Dessa maneira, evita-se ter de se aprovar adendas aos contratos para mera atualização da data de produção de efeitos. Como se pode verificar, a interpretação conjunta das disposições contratuais permite inferir que a produção de efeitos está condicionada a eventos bem definidos, ainda que não se apresente uma data exata. No entanto, considerando que a ausência de uma cláusula expressa indicando a data de início da produção de efeitos do contrato pode suscitar dúvidas sobre o cumprimento da Resolução n.º 4/2024-PG, podendo gerar dificuldades na contagem dos prazos para remessa ao Tribunal de Contas; e considerando que já é possível determinar a data em que podemos começar a obra, propõe-se que seja formalizado um aditamento ao contrato, que explicita a data previsível de início que, no caso, será o dia 2 de Abril.

Assim, com respaldo no disposto na alínea g) do n.º2 do artigo 23.º e na alínea f) do n.º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; e do disposto no n.º 98.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal aprove uma adenda ao contrato para inclusão da data de início e a respetiva minuta, a qual faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização da 29.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DDET 01_06-25:

«O Festival Queijo, Pão e Vinho realiza-se nos dias 4, 5 e 6 de abril, nas instalações da ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, em S. Gonçalo, freguesia de Quinta do Anjo.

O certame, na sua 29ª edição, continua a crescer e a assumir-se como uma das principais montras dos produtos de qualidade da região e a integrar as apostas estratégicas do município para o desenvolvimento turístico do concelho.

Este evento contribui para a promoção e valorização dos produtos locais e conta com um programa diversificado que envolve a comunidade local.

Assim, face ao exposto e por forma a continuar a contribuir para a garantia da qualidade e dignificação do evento, propõe-se, de acordo com o disposto na alínea u), nº 1 do art.º 33º do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de € 5.000,00 (cinco mil euros) à ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida.

Sublinha-se que a colaboração do Município na realização deste evento implica também o apoio logístico na implantação e desmontagem, comunicação e materiais promocionais, com custos estimados no valor de €18.000,00 (dezoito mil euros).

Código Orçamental: 08/040701

Código GOP: 3.4.2.01.002 | 2014 A 117»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** regressa à sala, retomando o seu lugar.

PONTO 5 – Feira Medieval de Palmela – Preços a aplicar em 2025

PROPOSTA N.º DDET 01_06-25:

«A Feira Medieval de Palmela (FMP) celebra no presente ano a sua 10.^a edição e pela sua dimensão, prestígio, qualidade e projeção a nível nacional, afirma-se como um projeto de desenvolvimento local, assente na valorização e preservação da história e do património, fomentando a consolidação de uma rede de parceiros e agentes culturais e económicos tendo em vista a construção de oferta turística organizada, aliando-os à salvaguarda e divulgação do património local de Palmela.

A receita originada pela realização deste evento, é constituída por duas componentes:

- O preço de participação de agentes económicos, devido pelos serviços prestados e bens fornecidos pelo Município de Palmela, nomeadamente, a ocupação de estruturas e mobiliário cedidos, o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água, a recolha de resíduos sólidos e a limpeza do recinto, o acompanhamento técnico permanente, o acesso a banhos, a programação e animação fixa e itinerante, a comunicação e promoção do evento, entre outros;
- O preço dos ingressos (bilhetes), devido pelo acesso ao recinto e usufruto de experiências e atividades no âmbito da programação do evento.

Assim, tendo como base a estimativa de cálculos efetuados pelos serviços que, seguindo a evolução do contexto económico e social atual, considera-se razoável manter os preços praticados

na sua edição anterior, inalteráveis, alcançando-se desta forma um equilíbrio económico e financeiro.

Face ao exposto, propõe-se, ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 13.º e 26.º do Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela, que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar as seguintes tabelas de preços a aplicar em 2025:

a) Tabela de Preços – Participação de Agentes Económicos

Categorias de Agentes Económicos	Tipologia de Espaço de Venda Pré-definido e Montantes a Pagar (em Euros com IVA incluído – 23%)				
	Banca de 2 M lineares [≈ 3 m²]	Espaço 3x3 m lineares [≈ 9 m²]	Espaço 6x3 m lineares [≈ 18 m²]	Metro linear a mais (de frente)	Caução (20%)
a) Taberna	*	650,00	*	32,50	130,00
		*	1.300,00	65,00	260,00
b) Pão, doçaria variada e similares	150,00	*	*	7,50	30,00
	*	300,00	*	15,00	60,00
		*	600,00	30,00	120,00
c) Bebida a copo	*	500,00	*	25,00	100,00
		*	1.000,00	50,00	200,00
d) Outras bebidas	*	350,00	*	17,50	70,00
		*	700,00	35,00	140,00
e) Artesã/o e produtor local	100,00	*	*	5,00	20,00
	*	200,00	*	10,00	40,00
	*	*	300,00	15,00	60,00
f) Mesteiral	80,00	*	*	4,00	16,00
	*	160,00	*	8,00	32,00
g) Mística/o h) Mercador/a	120,00	*	*	6,00	24,00
	*	240,00	*	12,00	48,00
	*	*	360,00	18,00	72,00
i) Outro	135,00	*	*	6,75	27,00
	*	235,00	*	11,75	44,00
	*	*	335,00	16,75	67,00

* Não aplicável.

b) Tabela de preços - Ingressos

Períodos de Venda	Acesso para 1 dia*	Acesso para 3 dias*
Venda antecipada – até 31/07/2025	€ 3,00	€ 6,00

A partir de 01/08/2025	€ 4,00	€ 8,00
------------------------	--------	--------

2. Aprovar, no âmbito da participação de agentes económicos, tendo em consideração que desde a primeira edição da FMP tem vindo a ser aplicada uma redução do preço de participação, a título de benefício em relação ao montante total a pagar, uma redução de 75%, às entidades coletivas do movimento associativo do concelho de Palmela, cujo objeto social de acordo com os seus Estatutos se enquadre no âmbito do evento e cumulativamente que a atividade a desenvolver revista de interesse para a FMP.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2024

PROPOSTA N.º DCDJ 01_06-25:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 27 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2024.

A prestação de contas da empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 11.207,39 (onze mil duzentos e sete euros e trinta e nove cêntimos).

No exercício de 2024, a exemplo do ano anterior, assistiu-se a um aumento de clientes e utentes, tendo-se registado a abertura, sob gestão da empresa, de quatro campos de Padel, no complexo de Piscinas de Pinhal Novo, que se juntam aos cinco equipamentos desportivos geridos pela empresa.

Relativamente aos investimentos, estes ocorreram nas Piscinas Municipais de Palmela (15,6%) e Pinhal Novo (83,1%).

Dando cumprimento aos contratos estabelecidos com o Município, foi dada continuidade à implementação de programas e projetos, registando-se o aumento do número de atividades e utilizadores.

Do ponto de vista desportivo, registou-se a manutenção da prática da Natação, da Orientação e do Triatlo, com os atletas integrados nos projetos competitivos a melhorar significativamente o nível qualitativo e a alcançar, com regularidade, títulos e lugares de pódio a nível nacional e ibérico, quer individuais como coletivos.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2024 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta e que dela fazem parte integrante.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim propõe-se, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2024, numerada DCDJ 01_06-25, intervém:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que a sua opinião sobre a presente proposta vai ao encontro da opinião que o PSD tem sido sempre, relativamente ao tipo de gestão de desporto em Palmela e, no caso, na Palmela Desporto. Menciona que vê, por mais um ano, o subsídio de exploração no mesmo valor dos anos anteriores, apesar da ligeira redução no peso dos rendimentos, de 39% para 35,3%, conforme apresentado pela **Sra. Vereador Maria João Camolas**. Da análise que efetuou, destaca que, apesar de ter tido mais receita, o resultado líquido foi, significativamente, inferior ao dos dois anos anteriores, pelo que continua com a mesma posição de uma empresa que não caminha, nem é essa a estratégia, para se tornar mais independente financeiramente e de conseguir aumentar uma autonomia, que lhe permita reduzir o subsídio de exploração de forma significativa.

O **Sr. Presidente** agradece e regista a posição do PSD. Considera que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** fez afirmações que não correspondem à verdade, porque a redução do défice de exploração significa que a empresa é cada vez mais sustentável com as receitas próprias que consegue produzir. Esclarece que o valor real da empresa se mede também pelo aumento dos serviços prestados e pelo aumento das responsabilidades que vai gerindo, tendo, para isso, contratado mais gente e maiores gastos, situação que permite servir mais população e a um custo mais reduzido.

Aconselha o **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, mas não pode deixar de o referir, pois percebe que é uma posição de coerência e que o PSD acabaria com a empresa, a consultar, seja nos anuários dos municípios, onde as empresas municipais também aparecem com os seus resultados, *ranking* e classificações, e, sobretudo, comparar com o que existe em outras empresas municipais do país, para perceber que o caminho que tem sido trilhado é um caminho que se tem revelado justo. Realça que tem sido um caminho de qualificação, de maior sustentabilidade e equilíbrio com uma gestão muito criteriosa, servindo cada vez mais os munícipes, os clubes e as associações, com mais equipamentos, facto que é sempre um desafio acrescido, pelo que lamenta que o PSD não mude de opinião.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** considera que o **Sr. Presidente** não pode afirmar que, aquilo que disse, não corresponde à verdade.

*Neste momento o **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** voltam a falar em simultâneo não sendo possível uma transcrição clara.*

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** sublinha que não corresponde totalmente à verdade, pois o valor do subsídio de exploração não reduziu (é igual ao dos anos anteriores).

O **Sr. Presidente** afirma que se trata da percentagem.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que reduziu, ligeiramente, o peso nos rendimentos (cerca de 4%) e que o valor acordado do subsídio de exploração para os anos 2025 e 2026 aumentou substancialmente.

O **Sr. Presidente** afirma que tem de aumentar.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** volta a afirmar que as suas palavras correspondem à verdade.

Face à afirmação do **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, o **Sr. Presidente** menciona que não concorda com a mesma, pois a inferência que foi efetuada era na confusão do valor do subsídio à exploração e o seu peso e significado na percentagem do orçamento da empresa. Esclarece que, se a empresa tem mais três equipamentos para gerir, o contrato-programa tem de ser alterado e, respetivamente, o subsídio à exploração que, pelo estudo efetuado, devia ser aumentado muito mais. Dá nota que não foram mais “além” porque a empresa, nos últimos anos, consegue ter resultados positivos. Destaca como fator bastante positivo, a redução, de 60% para 35%, do valor a atribuir pelo Município para o funcionamento da empresa e, por lei, para pagar prejuízos, quando existem.

Lembra que o PSD, no tempo da Troika, fez uma legislação que levou ao fecho de uma centena e meia de empresas municipais e que impõe critérios muito rígidos relativamente ao equilíbrio económico-financeiro das mesmas.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona se foi o seu partido que impôs.

O **Sr. Presidente** afirma que sim. Realça que se conseguiu estar sempre liberto “desse garrote” e que, até as empresas que tivessem resultados negativos três anos seguidos, tinham que, obrigatoriamente, ser extintas, pelo que a Palmela Desporto tem feito um percurso notável.

Reforça o lamento, pois, depois de terem efetuado um estudo de viabilidade económico-financeira da empresa, que o anterior Vereador do PSD tantas vezes insistiu, e do mesmo lhes ter sido apresentado e terem estado de acordo com os caminhos que estavam a ser apontados, mantêm a mesma posição.

Crê que todos têm uma visão diferente sobre o trabalho que tem sido feito na Palmela Desporto, mas considera que estão todos mais confortáveis com a gestão e a opção que tem sido efetuado.

Termina, lamentando o voto contra do PSD.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU e do MCCP, a abstenção do PS e contra do PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Protocolo de Cooperação com o Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, no âmbito da Ação 57 da Operação Integrada Local Poceirão Marateca.

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 01_06-25:

«O Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, fundado em 2014, tem por fim desenvolver atividades culturais e recreativas, cumprindo um papel muito importante no seio da comunidade onde está integrado, sendo fundamental o trabalho desenvolvido no âmbito do folclore, saber popular tradicional e comunitário, que representa a identidade social desta associação.

Com reconhecimento de diversas entidades e da comunidade, desempenha um papel importante na melhoria da saúde física e mental e na promoção da cidadania ativa, do envelhecimento ativo e da inclusão social e oferece oportunidades para ultrapassar as barreiras relacionadas com a diferença de género.

De modo a melhorar as condições para a dinamização e desenvolvimento do folclore, das atividades culturais e recreativas dos seus associados, bem como de toda a população da localidade do Forninho e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, solicitou a associação apoio ao Município, no sentido de resolver os problemas mais prementes ao nível da cobertura, pavimento, paredes e janelas do edifício.

Analisada a situação, e em articulação, entenderam as entidades que esta intervenção, nas instalações do Rancho, tinha enquadramento na Operação Integrada Local (OIL) – Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa, tendo sido subscrito o Acordo de Parceria Local, no qual se inscreveu a Ação 57 - Requalificação do edifício sede do Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, no valor global de 100.000,00€ (cem mil euros), ao que acrescerá o IVA aplicável.

Assim, e em conformidade com o disposto nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º, conjugado com a alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e o Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta e que visa permitir ao Município promover as intervenções necessárias à resolução das situações referidas.

Código Orçamental: 07 05/07 01 03 02

Código GOP: 2.5.2.04.005 2022 I 92»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Desporto e da Atividade Física

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Clássica da Arrábida 2025 – Alteração da denominação da prova - Ratificação

PROPOSTA N.º DCDJ_GDAF 01_06-25:

«Foi aprovado pela Câmara Municipal, na reunião de 06/03/2025, minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo com vista à realização da prova Clássica da Arrábida.

Havendo necessidade de alterar a designação da prova, e estando marcada a apresentação da mesma e assinatura do Contrato-Programa entre os três Municípios e a Federação Portuguesa de Ciclismo, para dia 14 de março, e não existindo condições para submeter à Câmara, em tempo útil, propôs-se ao Sr. Presidente da Câmara, aceitar a alteração da denominação da prova de ciclismo profissional "Clássica da Arrábida" para "Troféu Internacional da Arrábida", a constar no Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Município de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo.

Assim propõe-se, em conformidade com o n.º 3, do artigo 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14/03/2025, constante da informação técnica anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão de Serviços Urbanos

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Regulamento do Arvoredo Urbano do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental.

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_06-25:

«As árvores são parte integrante da infraestrutura verde, desempenham funções biológicas essenciais para o bom funcionamento dos ecossistemas urbanos e promovem a qualidade de vida das populações, pelo que, em virtude da sua importância, torna-se necessário estabelecer metas para os espaços verdes, de modo a garantir o funcionamento dos ecossistemas e a adoção de uma visão a médio prazo para a estrutura verde municipal. De igual modo, as árvores desempenham um papel crucial na mitigação às alterações climáticas, retirando o carbono da atmosfera, preservando a biodiversidade e causando uma melhoria efetiva da qualidade do ambiente urbano.

Para que toda esta dinâmica natural se processe, está a ser elaborado o Regulamento Municipal do Arvoredo Urbano que tem como objetivo criar um quadro de atuação que promova uma gestão ativa das árvores, proteja o seu desenvolvimento, através da adoção de boas práticas, maximize os benefícios associados à sua presença na malha urbana e minimize os riscos.

Com vista ao conhecimento das árvores existentes no concelho, a autarquia está a finalizar o cadastro do arvoredo de todo o concelho que será aberto ao público no próximo dia 21 de março e que tem por base o registo de cada árvore numa base de dados geográfica à qual está associada uma série de informação de caráter geral e individual, bem como o resultado da avaliação fitossanitária e a intervenção realizada em cada árvore.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto no n.º 1 e nas alíneas g) e k) do n.º 2, ambos do artigo 23º e nas alíneas k), u) e v), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- O início do procedimento de aprovação do Regulamento do Arvoredo Urbano do Concelho de Palmela, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados/as e apresentação de contributos.
- Determinar que podem constituir-se como interessados/as, todos/as aqueles/as que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou

possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos/das seus/suas associados/as, que caibam no âmbito dos respetivos fins.

- Que os/as interessados/as podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração deste regulamento, até 15 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º1 do artigo 112.º do CPA.

Que a constituição como interessados/as e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para o Centro de Contacto municipal: atendimento@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta Regulamento do Arvoredo Urbano do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Regulamento dos Espaços Verdes do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental

PROPOSTA N.º DASU_DSU 02_06-25:

«O desenvolvimento sustentável dos agregados populacionais não pode acontecer sem que se criem, preservem e promovam espaços verdes como zonas de lazer e recreio. Os espaços verdes assumem uma importância fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações não só porque permitem alcançar o equilíbrio ecológico das paisagens urbanas como também porque têm um efeito compensador, relaxante e indutor do convívio social para os adultos e de um crescimento físico e psíquico equilibrado das crianças e jovens.

Contudo, a expansão e manutenção das zonas verdes implica necessariamente a consagração de um conjunto de regras e normativos que garantam a preservação e fruição daquelas por todos e todas os/as cidadãos/ãs, zelando-se pela sua proteção e conservação. Assim assume especial importância a criação de instrumentos regulamentares orientadores que permitam a prossecução desses objetivos.

De forma a assegurar o desenvolvimento sustentável do concelho, o Município de Palmela tem-se empenhado na criação, preservação e promoção de espaços verdes públicos e plantação de árvores nos arruamentos públicos.

O presente regulamento pretende assim definir um conjunto de disposições relativas à utilização, construção, recuperação e manutenção de espaços verdes de modo a que resulte clara e objetivamente um equilíbrio entre o património natural e o edificado, para isso não basta que se estabeleçam os princípios, é necessário que se criem e façam cumprir as regras.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto no n.º 1 e nas alíneas g) e k) do n.º 2, ambos do artigo 23º e nas alíneas k), u) e v), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- O início do procedimento de aprovação do Regulamento dos Espaços Verdes do Concelho de Palmela, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados/as e apresentação de contributos.
- Determinar que podem constituir-se como interessados/as, todos/as aqueles/as que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos/das seus/suas associados/as, que caibam no âmbito dos respetivos fins.
- Que os/as interessados/as podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração deste regulamento, até 15 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1 do artigo 112.º do CPA.
- Que a constituição como interessados/as e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para o Centro de Contacto municipal: atendimento@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta Regulamento dos Espaços Verdes do Concelho de Palmela – Início do Procedimento e Participação Procedimental a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Pelas zero horas e dezasseis minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e cinco, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco